



VI. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007*

José Marcos Pinto da Cunha

Introdução

Este ensaio visa realizar uma reflexão sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e os processos de segregação socioespacial da população nas grandes aglomerações urbanas. Tal reflexão, que é fruto de uma experiência concreta de pesquisa, parte do pressuposto de que a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda.

Por um lado, a mobilidade espacial pode configurar-se como uma estratégia a partir da qual seja possível enfrentar o problema habitacional, um dos principais dilemas a serem enfrentados pela população para permanecer

* Este ensaio representa uma versão reduzida do artigo publicado na revista *Notas de Población*, n. 93 de 2011 sob o título "Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007". O autor agradece aos editores da revista a autorização para esta reprodução parcial.

na metrópole. Por outro lado, com a mobilidade também se pode adquirir, perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares ou, de maneira mais geral, capital social.

Desta forma, e tendo em vista o papel chave da noção de ativos sobre o conceito de vulnerabilidade, a relação entre mobilidade e vulnerabilidade poderia ser estabelecida a partir da perspectiva de que o deslocar-se no espaço metropolitano teria implicações importantes sobre a forma de acesso a um conjunto de ativos. Nesse sentido, pode-se vislumbrar outro caminho para relacionar vulnerabilidade e mobilidade, a partir da relação de ambos com a segregação socioespacial.

De fato, no caso da migração para as periferias no Brasil poderia ocorrer uma deterioração das condições de vida dos migrantes, na medida em que tal mudança de residência implicaria na dificuldade de acesso e/ou piora da qualidade de serviços públicos já que, como mostram vários estudos em metrópoles brasileiras (MARQUES;TORRES,2005;MARQUES,2005;CUNHA et al., 2009; AZEVEDO, 2009), estas periferias são, de maneira geral, locais onde tais serviços são de pior qualidade. A partir dessa linha de argumento, portanto, pode-se pensar na relação mobilidade, vulnerabilidade e segregação socioespacial a partir da noção de “geografia de oportunidades”, enfoque que enfatiza as consequências de se viver em determinados lugares em termos das limitações ao acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pela região em termos da infraestrutura, mercado de trabalho, políticas públicas etc. (GALSTER; KILLEN, 1995).

Com base em resultados de vários estudos realizados no âmbito de um projeto maior¹, utilizando dados levantados em uma pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas em 2007, esse trabalho apresenta reflexões sobre as relações entre os fenômenos da mobilidade espacial, segregação socioespacial e vulnerabilidade, visando contribuir para a melhor compreensão da dinâmica sócio-demográfica das grandes aglomerações urbanas.

¹ Trata-se do projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrópoles do Interior Paulista: Campinas e Santos, financiado pela FAPESP e CNPq.

Mobilidade espacial, desigualdades regionais e a produção social do espaço no Brasil

Ao se pensar nas várias modalidades de mobilidade espacial da população, desde aquelas mais clássicas, envolvendo a migração de mais longa distância ou do tipo rural-urbano, até aquelas mais contemporaneamente enfatizadas, como a mobilidade pendular, não se pode deixar de considerar as condições contextuais e estruturais que as condicionam, sob pena de se perder de vista a distinção muito adequadamente feita por Singer (1973) entre as “causas” (estruturais) e “motivos” (individuais) destes deslocamentos.

Embora não se deseje alongar essa discussão nesse trabalho, o estudo mencionado tornou-se, sem dúvidas, uma referência para as análises da migração no Brasil e certamente na América Latina, na medida em que deslocou a discussão dos condicionantes do fenômeno para a posição de classe dos indivíduos, e não sobre suas intenções e/ou preferências. Para Singer não seriam as pessoas que seriam postas em movimento, mas as classes sociais, sendo, portanto, de cunho social e não individual o primeiro determinante do fenômeno.

Outros autores em momentos próximos também tiveram contribuições semelhantes e importantes, como Balán (1980) e Gaudemar (1977), que, entre outros aspectos, destacaram a importância das desigualdades regionais como condicionantes da migração, estas consideradas à luz dos processos históricos de formação de nossas sociedades, estruturados com base não apenas numa distribuição desigual da riqueza e do progresso técnico entre as várias camadas sociais, mas também e, sobretudo, pelas assimetrias espaciais que nortearam todo o desenvolvimento de nossos países.

Obviamente que a contribuição seminal de Singer por focar um fenômeno datado historicamente e localizado espacialmente, a saber, a migração rural-urbana nos países em desenvolvimento, implicou na necessidade de uma atualização, particularmente tendo em vista as tendências pós anos 80. No âmbito dos estudos demográficos no Brasil, essa releitura dos processos em curso foi feita por autores como Brito, 2000 e Matos, 1995; Pacheco e Patarra, 1997; Baeninger, 2000; Cunha e Baeninger, 2007 entre outros,

sobretudo tendo em vista a complexidade e diversidade cada vez maior dos fluxos migratórios².

Essas questões ficam bem documentadas em um trecho do texto de Pacheco e Patarra (1997):

Há muitas interrogações sobre a natureza dos movimentos migratórios recentes no Brasil. As características desses movimentos, a partir dos anos 80, justificam a afirmação de estarmos diante de novos padrões migratórios. Ou estar-se-ia diante de resultados de efeitos conjunturais das oscilações entre momentos de crescimento e momentos de crise e estagnação que se desenrolaram ao longo da década passada? Seriam esses efeitos determinados por processos anteriores de desconcentração industrial, os quais com certa defasagem, influenciariam os novos fluxos? Estariam essas novas características migratórias já refletindo o contexto internacional, com perversas conseqüências em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho? (...) estar-se-ia frente à concomitância de movimentos típicos de etapas anteriores do desenvolvimento industrial com movimentos típicos da atual fase de internacionalização da economia?" (PACHECO; PATARRA, 1997, p.458).

Nos dias de hoje, os fluxos migratórios de mais longa distância não apenas estão perdendo a força que apresentavam até meados dos anos 80, tendo em vista mudanças importantes tanto nas áreas emissoras quanto receptoras, como também começam a apresentar novas características, como a intensificação do retorno, ou mesmo mudança na seletividade por sexo, idade, condição social etc. dos migrantes.

No caso específico da migração de retorno, talvez uma das grandes novidades da migração interna no Brasil a partir dos anos 1990, não se trata obviamente de um fenômeno novo na história migratória do país. Contudo, o que chamou a atenção foi a sua importância relativa no conjunto dos movimentos internos, passando de 11% nos anos 70 (BAENINGER, 2008) para mais de quase 30% no começo do século XXI (CUNHA, 2006) sendo este impacto muito maior em antigas áreas de expulsão demográfica como o Nordeste e Minas Gerais. Tal fenômeno no entanto, não parece ter se configurado em resposta a importantes mudanças nos locais de origem:

² Na verdade, acredita-se que tal diversidade já existia no passado, no entanto, a questão da migração rural-urbana era tão marcante e decisiva para o processo de redistribuição espacial da população no Brasil e para o crescimento das cidades e regiões que pouco se atentava para outras modalidades de movimentos populacionais. O próprio Censo Demográfico começa a coletar informações mais detalhadas em termos espaciais apenas a partir de 1980.

Portanto, se o retorno aumentou em volume e, sobretudo, sua importância relativa na imigração registrada por algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, ele parece ter ocorrido menos pelo aparecimento de oportunidades nos Estados de origem, e mais pelas dificuldades de permanência nas áreas mais atrativas (fossem elas aquelas de maior desenvolvimento urbano ou áreas de fronteira). A constatação de uma volta mais concentrada para os municípios de nascimento, muitos deles localizados nas zonas mais deprimidas do país, como é o caso do agreste e sertão, apenas reforça a tese de um retorno por desalento ou incapacidade de inserção nos maiores centros (CUNHA, 2006, p.397).

Assim, os condicionantes podem ser encontrados tanto nas áreas de origem quanto nas de destino: a crise econômica dos anos 90; a deterioração dos mercados de trabalho; a reestruturação produtiva e modificação do perfil requerido de mão-de-obra, sobretudo no setor secundário; a consequente terciarização da economia; o progressivo fechamento das fronteiras agrícolas; as políticas sociais, especialmente aquelas voltadas às transferências monetárias etc. (CUNHA, 2006; CUNHA; BAENINGER, 2005).

Obviamente que tais transformações tiveram impactos decisivos sobre a dinâmica demográfica e expansão territorial de nossas metrópoles. Enquanto no período enfocado por Singer a questão era o inchamento destas áreas, particularmente aquelas do sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje a situação apresenta-se distinta com um crescimento menor destas aglomerações.

Em um estudo desenvolvido para o conjunto das RMs institucionalizadas do país, Cunha (2001) mostrou que a redução observada do crescimento demográfico tinha no componente migratório um elemento importante. Assim:

(...) o crescimento demográfico das RMs brasileiras sofreu uma redução significativa a partir dos anos 80, fato que apesar de refletir a forte queda da fecundidade, a exemplo do que ocorreu com a população brasileira, está também muito atrelado à redução da intensidade migratória para essas áreas, sobretudo aquelas do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA, 2002, p.22).

De fato, mesmo no caso daquelas RMs que ainda cresciam de forma significativa nos anos 80 e 90, também ficava claro que tal comportamento era reflexo das tendências da migração no país. Assim, Minas Gerais e Paraná “não por coincidência, foram justamente as Unidades da Federação que mais se ‘beneficiaram’ das mudanças migratórias operadas no país”

(CUNHA, 2002, p.22). Tal situação, ainda segundo o estudo, estaria associada à recuperação desses estados “em função do crescimento da atratividade de suas áreas metropolitanas que (...) experimentaram um importante crescimento econômico, sobretudo, em função do desenvolvimento de atividades industriais como, por exemplo, a automotiva” (CUNHA, 2002, p.22).

No entanto, mesmo crescendo menos, as RMs ainda representam grandes desafios não apenas pela grande concentração de pobreza, particularmente em suas periferias, mas também pelo alto potencial que apresentam de redistribuição interna de sua população, cujos problemas laborais e habitacionais ainda estão longe de serem resolvidos.

O mesmo estudo mencionado anteriormente mostrava que, para grande parte das RMs brasileiras, a migração intrametropolitana havia tido um papel importante nos processos de expansão territoriais e, portanto, no crescimento dos municípios periféricos:

(...) existe uma clara tendência no Brasil a que os centros das aglomerações sejam, por um lado, as grandes ‘portas de entrada’ da imigração externa e, ao mesmo tempo, a partir de onde saem as principais levas de emigrantes que deixam a área. No plano interno, fica bem configurado um *processo centrífugo* de distribuição da população tendo o centro como a principal área de expulsão de população e as periferias como as áreas receptoras desses emigrantes. Nesse sentido, fica muito claro o papel da maior parte dos municípios vizinhos ou próximos dos grandes centros urbanos nacionais: não apenas acomodar um ‘excedente’ demográfico do centro, mas sobretudo, o *locus* da quase inexorável continuidade do processo de espraiamento, sobretudo urbano, da região. Trata-se, portanto, não de um movimento de transferência populacional de um território para outro, mas da incorporação desses últimos ao processo de formação da “grande cidade” metropolitana (CUNHA, 2002, p.33).

Ou seja, mesmo que, do ponto de vista demográfico, não haja o que discutir sobre a importância das trocas migratórias que as regiões metropolitanas, de forma geral, realizam com outras regiões ou estados, não se pode esquecer que existe uma dinâmica intrametropolitana que ainda causa preocupação por seu potencial de redistribuição espacial da população. Pensar em mobilidade espacial na metrópole é, portanto, pensar ao menos destes dois pontos de vista: da mobilidade que vem de fora e daquela se origina na e se destina à própria região.

Mesmo considerando que, do ponto de vista da migração, o que acontece fora da região seja fundamental para se entender o volume de pessoas que para aí se dirigem, não se pode negar que, ao se tratar da lógica de crescimento e expansão interna da metrópole, há que se focarem os processos e condicionantes que levam à localização das pessoas em distintas áreas do território.

Na verdade, tendo em vista o objetivo desse ensaio, o que talvez seja mais interessante a considerar na diferenciação dessas duas modalidades de migração diz respeito ao impacto que cada uma delas terá sobre o acúmulo ou perda de ativos. Essa questão será retomada mais adiante.

Não se pode pensar em fatores que se desenrolam no âmbito intraurbano sem que se tenha, pelo menos como pano de fundo, elementos estruturais que condicionam, modelam e muitas vezes redefinem o processo de formação e estruturação do espaço urbano. Talvez o título utilizado por Gottdiener (1993) em seu clássico “a produção social do espaço” seja o que melhor defina sobre o que se está pensando quando a questão central é a expansão e redistribuição espacial da população em grandes aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

De fato, é a partir da forma como o espaço é produzido que podemos entender certos fenômenos e desdobramentos dos mesmos. É das relações intrincadas entre o capital privado (e não apenas o imobiliário), o Estado e a sociedade que parecem emergir muitas das formas de ocupação do espaço urbano e, portanto, de assentamentos populacionais. De um lado, conjuntos habitacionais e/ou loteamentos populares, ocupações, favelas e cortiços e, de outro, grandes e luxuosos condomínios fechados (horizontais ou verticais) e a elitização de certas áreas da cidade, são expressões aparentemente contraditórias da estruturação urbana, mas que na verdade, como nos lembra Bourdieu (2003), são retificações da estratificação social existente em nossa sociedade.

Não apenas os processos de produção e valorização da terra para fins habitacionais, mas também aqueles relacionados à localização das atividades econômicas têm decisivos impactos sobre a “forma” urbana, influenciando sua expansão, sua diferenciação socioespacial e a mobilidade da população. Nesse último caso, o descompasso entre os locais de moradia e de trabalho

têm levado a novos e complexos desafios tanto para a reprodução social quanto para políticas públicas entre elas a de transportes urbanos. Isso leva a pensar como faz Villaça (1998), em um espaço intraurbano como o espaço de circulação de indivíduos, em particular aquele “*portador da mercadoria força de trabalho*” (VILLAÇA, 1998, p.20), o que torna a questão da mobilidade um elemento essencial para entender a complexidade de uma metrópole.

De maneira geral a urbanização no Brasil e particularmente em suas áreas metropolitanas tem assumido um padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental. Tal padrão caracteriza-se também pela baixa qualidade de vida urbana e pelo crescimento físico elevado, expansão periférica e todas as conseqüências que isso implica: deficiências na infraestrutura urbana e nos equipamentos sociais; produção de vazios urbanos infraestruturados; retenção especulativa de solo, entre outras.

O entendimento desse fenômeno e particularmente de uma de suas principais expressões, a segregação socioespacial, passa por uma compreensão de aspectos como a formação do preço do solo urbano, e a conseqüente geração de renda fundiária urbana. Nesse sentido, não apenas o livro de Gottdiener (1993), mas vários outros autores brasileiros ajudam a melhor compreender estas questões e como elas se apresentam no caso do país (KOWARICK, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1979; 1982; RIBEIRO; LAGO, 1994, SANTOS, 1996; MARICATO, 1996; RIBEIRO, 1996, entre outros).

Assim não há dúvidas que as questões relativas à “produção social do espaço” não devem, em momento algum, serem desconsideradas até para que se possa compreender os fenômenos demográficos como condicionados por esse processo e, às vezes até condicionando-o em uma relação dialética.

Mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade: em busca de nexos

No caso de uma aglomeração urbana de caráter metropolitano, as tendências e características da mobilidade espacial a ela vinculadas poderiam ser consideradas como resposta aos incentivos e constrangimentos observados não apenas nos locais de origem dos movimentos externos à metrópole, mas sobretudo no âmbito intraurbano. Nesse último caso os processos que

influenciariam a localização da atividade econômica e da população teriam papel predominante como condicionantes destes movimentos (CUNHA, 1994). Sendo assim, tais características guardam estreita relação com a segregação socioespacial e a vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias residentes nas metrópoles.

No caso particular da mobilidade espacial, aqui entendido como as múltiplas formas de deslocamento da população³, vários estudos anteriores (CUNHA, 1994; 2000; MATOS, 1994; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; LAGO, 2000; TORRES, 2003; CUNHA et. al., 2006; RODRÍGUEZ, 2007) mostraram a sua relação intrínseca não apenas com a expansão urbana, mas também com a intensificação dos processos de segregação ou auto-segregação socioespacial da população.

Deve-se concordar com Kaztman (2008, p.4) quando este considera que, no âmbito intraurbano, tanto a forma como a intensidade dos processos migratórios variam segundo as dinâmicas particulares dos mercados de terra e de trabalho, as distintas ações do Estado e até mesmo as condições topográficas. No entanto, ao menos no que se refere às dinâmicas metropolitanas no Brasil (e ao que parece em outros países como o Uruguai tratado por Kaztman), pode-se dizer que, tendo em vista os condicionantes ligados a estes movimentos, particularmente aqueles ligados aos mercados de terra e de trabalho (CUNHA, 1994), tais movimentos migratórios teriam implicação direta sobre a modificação (ou aprofundamento) da composição sócio-demográfica das várias áreas da região. Isso porque os fatores que colocam a população em movimento tendem a gerar seletividades específicas dos migrantes não apenas em termos demográficos, como sexo, idade, ciclo vital e tipo de família, mas também e, sobretudo, em termos socioeconômicos (CUNHA, 1994; 2000).

Lógica parecida também poderia ser considerada no caso da migração externa, ou seja, aquela originária de fora da região que, como mostram

³ Talvez fosse o caso de se utilizar o termo "mobilidade habitacional", já que por sua maior amplitude poderia abranger uma maior gama de movimentos, incluindo aqueles que ocorressem no mesmo bairro ou até em uma mesma rua. No entanto, isso implicaria ampliar desnecessariamente o fenômeno, sobretudo considerando que a intenção aqui é justamente captar os impactos das mudanças dos contextos socioespaciais sobre a vida das pessoas. Pelo mesmo motivo, a mobilidade pendular, apesar de sua inegável condição de mobilidade espacial, será pouco enfatizada nesse estudo.

alguns estudos para São Paulo (ARANHA, 1996; CUNHA; JAKOB, 2000; BAENINGER, 1999), também apresenta significativa seletividade, não obstante por sua natureza – em particular seu caráter de movimento direto ao local de destino final na metrópole – provavelmente apresentará diferenças com relação aos movimentos intraurbanos⁴.

No que tange à relação mobilidade e vulnerabilidade, os estudos empíricos são mais escassos, muito embora seja possível pensar em relações diretas entre o impacto dos deslocamentos espaciais e o acúmulo ou perda de ativos essenciais para aumentar (ou reduzir) a capacidade de respostas aos vários riscos impostos pela metrópole, entre eles o da pobreza e exclusão social.

Assim, se por um lado se pode pensar que a mobilidade pode levar a um incremento no capital físico de uma família ao permitir acesso a uma habitação própria, também se pode considerar impactos negativos, como a perda de acessibilidade e de capital social, ambos com possíveis repercussões sobre a inserção dos seus membros no mercado de trabalho, sobre a disponibilidade de ajuda por parte de parentes e amigos, ou mesmo sobre o processo educativo de suas crianças. Como se sabe, existem autores que sustentam que essa situação se torna ainda mais grave em bairros segregados e com baixa heterogeneidade social (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006; KAZTMAN, 2008; FLORES et al., 2008).

Na verdade, talvez um dos principais problemas em estabelecer essa relação radique no fato de que não se pode pensar que a mobilidade espacial tenha impacto sobre os ativos apenas em um sentido. Dessa forma, pode ser muito difícil avaliar concretamente o efeito final ou “líquido” desse fenômeno sobre o grau de vulnerabilidade das pessoas. O que teria maior impacto sobre suas vidas: viver em um ambiente onde a informação é qualitativamente melhor, onde as possibilidades de ajuda são mais abundantes, ou onde existe a possibilidade de acesso a uma habitação própria, sobre a qual não incidam

⁴ Aqui reside uma dificuldade metodológica. É muito provável que parte da migração intrametropolitana também seja composta por migrantes externos. Assim sendo, o que se pretende nesse momento é estabelecer uma diferenciação entre estes dois tipos de indivíduos (ou famílias), ou seja, aqueles que rumam diretamente para o seu lugar de destino “final” (migrantes externos) e aqueles que o fazem com etapas prévias na metrópole. Estes últimos indivíduos (ou famílias) muito provavelmente apresentarão características médias distintas em termos do tempo de residência, idade, ciclo vital, tipo de arranjo familiar etc..

riscos como o despejo, a falta de recursos para o pagamento do aluguel etc.? O que tornaria as pessoas mais vulneráveis?

É bem verdade que, considerando que o acesso ao mercado de trabalho seria talvez a principal chave para se fugir de condições de vulnerabilidade, as possíveis consequências da migração para a população de baixa renda, como perda de acessibilidade e de um melhor circuito de informações, isolamento social, aquisição de estigmas, entre outros, de fato poderiam ser taxadas como menos decisivas que eventuais ganhos em capital físico.

No entanto, há outro aspecto relativo ao impacto que a trajetória espacial dos indivíduos e famílias tem sobre suas vidas que não pode ser desconsiderado ou minimizado. Pode-se supor que o fato de haver residido em outros lugares e permanecido por mais tempo na metrópole poderia favorecer os indivíduos ou famílias. Isso em função das possíveis implicações dessa condição sobre grau de informação sobre a região e suas oportunidades, assim como sobre o acúmulo de capital social. Nesse sentido, parece fazer sentido distinguir os efeitos da mobilidade sobre a vulnerabilidade das pessoas segundo sejam estas migrantes externos ou intrametropolitanos.

Embora os dados que serão apresentados mostrem inequivocamente a força das redes sociais para definir os locais de destino dos migrantes, também há que se considerar a força que tais relações – que, como se verá, são predominantemente baseadas em parentes e amigos – podem ter como ativos para enfrentarem riscos essenciais para a reprodução social, como é o caso do desemprego.

Nesse sentido, convém considerar o fato de que redes de relações caracterizadas pela “homofilia”⁵ poderiam ter menor impacto sobre a vida das pessoas, particularmente sobre o acúmulo de experiências e informações. Como sugerem Kaztman e Filgueiras (2006), a interação com grupos sociais heterogêneos pode implicar em “oportunidades de acesso a contatos e a recursos de informação de qualidade mais elevada” (p.78).

Da mesma forma, a diferenciação proposta por Granovetter (1973, *apud* MARQUES, 2007) entre os “vínculos fortes” e “vínculos fracos” também

⁵ Refere-se às relações entre “iguais” considerando que aqueles que se relacionam apresentam atributos comuns, por exemplo, atributos como sexo, idade, situação social etc. Para maiores detalhes ver Marques, 2007.

levaria a considerações interessantes e talvez na mesma direção, uma vez que os vínculos fracos – aqueles desenvolvidos fora dos grupos sociais mais sedimentados e coesos, como é o caso da família – teriam mais impacto sobre a difusão de informação, em especial àquelas associadas ao emprego (MARQUES, 2007).

Ou seja, deve-se considerar que a experiência e circulação prévia na metrópole, ao permitir uma maior extensão das redes – provavelmente baseada em vínculos fracos –, poderiam ter impactos positivos sobre a vida das pessoas e suas famílias, particularmente para a população de mais baixa renda que tem muito mais dificuldades de acesso à estrutura de oportunidades existente nas metrópoles. Nesse sentido, seria de se esperar que os migrantes intrametropolitanos apresentassem, ao menos nesse particular, alguma vantagem com relação àqueles que vieram diretamente de seus locais de origem fora da região.

Seja como for ao menos uma questão fica clara: a mobilidade residencial tem impacto sobre a vida das pessoas, ainda que no curto prazo, já que não se pode perder de vista que o tempo de residência acaba tendo seus efeitos, seja via processo de acumulação de ativos (inclusive capital social), seja a partir da própria transformação da zona onde se vive. Apenas para exemplificar um destes efeitos, deve-se lembrar de que o tempo de residência frequentemente é considerado pelo poder público com critério de seleção para planos habitacionais, o que sugere seu papel não apenas sobre a localização espacial na região, mas também o acesso à “cidade formal”.

Agora, como seria possível articular as noções de vulnerabilidade e segregação socioespacial? Em primeiro lugar há que se reconhecer o fato de que o “espaço importa” nas análises sobre as condições de vida e desigualdades da população. De fato, vários estudos (SABATINI, 2004; FLORES, 2006; TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005, CUNHA et al. 2009; CUNHA; JAKOB, 2010, entre outros) tem mostrado como a segregação socioespacial afeta determinadas dimensões das vidas dos indivíduos e famílias.

Ou seja, os estudos mencionados – com certeza apenas uma amostra do que já foi produzido a respeito – deixam muito claro que, a despeito das diferenças entre condições socioeconômicas e demográficas, o lugar onde se vive acaba tendo um efeito significativo sobre a qualidade de vida e condição

de pobreza. Os processos de separação social existentes nas metrópoles, em particular nas brasileiras, por vários motivos, acabam dificultando (ou em alguns casos até impedindo) que parcelas significativas da população tenham acesso às oportunidades oferecidas por estas regiões. Mas quais seriam os mecanismos que levariam a isso?

Existem alguns enfoques que permitem tanto conhecer melhor as consequências da segregação, quanto a sua relação com a vulnerabilidade. O primeiro deles é o que genericamente poder-se-ia classificar como preocupados em captar os chamados “efeito de bairro” (JENCKS; MAYER, 1990), e um segundo baseado na idéia da existência de uma “geografia de oportunidades” (GALSTER; KILLEN, 1995).

A partir da primeira abordagem poderiam surgir várias formas de analisar os mecanismos pelos quais a segregação incide sobre certos comportamentos ou fenômenos. Estudos a partir dessa perspectiva estariam preocupados, por exemplo, em examinar a força (ou debilidade) dos marcos normativos existentes nas comunidades (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006), a forma como são difundidos os comportamentos e como se dá a socialização coletiva a partir de transmissão de “modelos de rol” (WILSON, 1987), ou o nível de controle social existentes no bairro (SAMPSON; RAIDENBUSH; EARLS, 1997).

Nessa linha, Kaztman (2008) desenvolve alguns elementos relativos à composição da vizinhança que teriam influência, por exemplo, sobre as oportunidades de emprego – que ao fim e ao cabo seriam atributos fundamentais para enfrentar a vulnerabilidade. Assim, segundo o autor se, por um lado, a “proporção de trabalhadores estáveis” poderia ter influência sobre a quantidade e qualidade de capital social, os modelos de rol e a formação de um tecido social mais robusto, por outro lado, a elevada “proporção de residentes novos”, poderia implicar na constituição de subculturas marginais, insegurança e estigmas. Ainda segundo o autor, nesses últimos casos “la mayor parte de las familias deben enfrentar las dificultades cotidianas que surgen...sin contar con el respaldo de tramas comunitarias ya consolidadas ni con condiciones que estimulen la colaboración requerida para la creación y mantenimiento de marcos normativos eficaces” (KAZTMAN, 2008, p.8).

É claro que é muito difícil precisar a medida exata do efeito da localização territorial sobre a vida de pessoas, sobretudo considerando o que podem ou não, em função de tal pertença, obter de vantagens, ajudas, informações etc. Isso fica muito claro no caso do trabalho como observam Kaztman (2008); Cunha e Jakob (2010) e Flores et al. (2008). Como reconhecem estes estudos, nem sempre se pode ter certeza que a melhor situação das pessoas mais pobres ou de baixa qualificação que vive em bairros socialmente mais heterogêneos, seja em função de tal localização, ou simplesmente porque sua melhor colocação laboral permite a escolha de lugares como estes. Seria a típica situação do “ovo ou a galinha”.

Na verdade, Kaztman (2008) não considera que “las interpretaciones que tienden (...) a interpretar las diferencias en los perfiles de empleo desde una casualidad que opera desde el territorio” (p.18) se oponham àquelas que privilegiam as características individuais. Para ele:

Es la mirada que toma en cuenta ambas direcciones causales la que permite dibujar un escenario en el que los efectos de los barrios que concentran las personas de menor calificación realimentan un circuito de debilitamiento progresivo de los vínculos de los residentes con el mercado laboral, circuito que se activa a partir de las condiciones laborales que dieron origen a la decisión de instalarse en esos barrios” (KAZTMAN, 2008, p.18).

Já no segundo caso, ou seja, a chamada “geografia das oportunidades”, o enfoque parece ser mais abrangente que o primeiro, para estabelecer uma boa chave para ligar os conceitos de segregação e vulnerabilidade. A partir desta perspectiva, o efeito do lugar onde se vive sobre o comportamento dos indivíduos e famílias configurar-se-ia, por um lado, devido a elementos objetivos existentes (ou não) nestas áreas - como acesso e qualidade dos serviços, em particular os públicos (saúde, educação, segurança etc.), infraestrutura, características do mercado de trabalho etc. - e, por outro lado, por variações espaciais subjetivas - basicamente, representadas pelas redes sociais existentes, que também poderiam representar impactos significativos (GALSTER; KILLER, 1995).

Assim sendo, segundo esse enfoque, o lugar onde se vive poderá trazer vantagens (ou desvantagens) na medida em que lhe permitirá maior facilidade (ou dificuldade) de acesso a um conjunto de ativos fundamentais

para a reprodução social das famílias e, portanto, para a redução de suas vulnerabilidades.

Como se percebe, os dois enfoques apresentados possuem elementos de contatos muito claros já que, em ambos os casos, ao menos uma questão surge como importante para explicar “comportamentos” diferenciados segundo o local de residência das pessoas: a influência das redes sociais existentes nos bairros ou comunidade local.

No entanto, para que se possa considerar a localização espacial, a partir de suas expressões objetivas – os serviços e infraestrutura – como um ativo seria necessário refletir um pouco mais não apenas sobre a forma como são distribuídos estes bens públicos ou serviços no espaço, mas também como estas se apresentam ao usuário final, ou seja, sobre a sua qualidade. De fato, não seria exagero considerar que nas grandes cidades brasileiras, embora os serviços públicos sejam relativamente bem distribuídos no espaço, a qualidade do que é oferecido varia sensivelmente de um lugar para outro.

Como será mostrado para o caso da RM de Campinas, aspectos essenciais ligados à qualidade dos serviços públicos são claramente desfavoráveis às áreas mais periféricas. Da mesma forma estudos como os de Azevedo (2009) e da Cunha et al. (2009) mostram que nos casos da saúde e educação, respectivamente, para a população de baixa renda viver em áreas mais distantes do centro significa quase sempre contar com serviços de pior qualidade.

Assim, ao considerar a questão da vulnerabilidade a partir da perspectiva do enfoque AVEO (Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades, KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006), ou seja, que a condição de vulnerabilidade depende ao mesmo tempo das oportunidades existentes e dos ativos (tangíveis ou intangíveis) disponíveis para acessá-las, se pode imaginar uma chave que ligue essa condição (de vulnerável) à segregação.

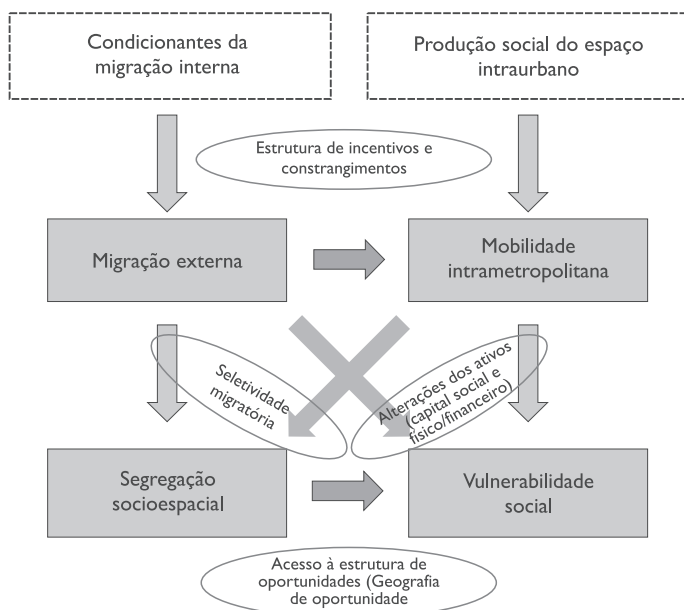
Ou seja, vulnerabilidade e segregação poderiam encontrar um nexo na medida em que o espaço geográfico ocupado pelas pessoas ou famílias lhes dificultaria (ou facilitaria) o acesso às oportunidades existentes na metrópole, fossem estas dadas pelo mercado, pelo Estado ou mesmo pela comunidade.

O diagrama abaixo esquematiza a presente proposta de articulação entre mobilidade espacial (ou residencial), segregação e vulnerabilidade. Note-se que sob os títulos “condicionantes da migração interna” e “produção social

do espaço” – propositalmente deixados em caixas tracejadas – estariam todos os elementos estruturais que interferem na migração para e dentro da metrópole os quais, embora centrais para o entendimento do fenômeno, não são objeto desse estudo.

Essa proposta busca mostrar, portanto, não apenas o impacto que a “decisão” de migrar tem sobre ambos os fenômenos, mas também que existe uma sorte de reforço do efeito da migração sobre a vulnerabilidade social via segregação socioespacial.

DIAGRAMA I - Relação entre mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade



As considerações e reflexões apresentadas acima refletem uma tentativa de síntese de uma experiência de investigação que, guiada pela noção de vulnerabilidade, também considerou dois elementos centrais e constitutivos da dinâmica sócio-demográfica das metrópoles: a segregação e a mobilidade espacial da população. Boa parte das proposições que constam deste texto derivam-se de constatações empíricas, realizadas em vários estudos já divulgados (CUNHA et al., 2006; CUNHA, 2009; CUNHA; JAKOB, 2010; CUNHA, 2009; CUNHA et al., 2009; AZEVEDO, 2009) e que foram resumidas em Cunha (2011).

Comentários finais

Este ensaio teve como principal motivação apresentar algumas reflexões sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial da população, a segregação socioespacial e vulnerabilidade social. Sem a pretensão de ser conclusivo ou definitivo, o conjunto de proposições aqui apresentado representa um processo de construção de relações entre fenômenos sabidamente interconectados e que possuem impacto relevante sobre a dinâmica e desenvolvimento das aglomerações urbanas, em particular as metropolitanas.

A mobilidade espacial, de maneira geral, e a migração, em particular, estão atreladas à estruturação das grandes metrópoles brasileiras, sendo não apenas efeitos, mas, às vezes, até causas desse processo. Assim, além de questão central para se entender o crescimento muitas vezes caótico e pouco regulado (pelo estado) das cidades, esse fenômeno também pode ser visto como elemento importante para se entender tanto as tendências da segregação socioespacial de população, quanto à constituição da condição de vulnerabilidade das pessoas, especialmente com relação ao risco da pobreza e exclusão social.

Do ponto de vista da vulnerabilidade dos cidadãos metropolitanos à pobreza, esta não se expressa apenas pela precariedade como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, ou como são considerados pelo poder público em termos das prioridades para suas ações e investimentos. Tal vulnerabilidade também é influenciada pelo lugar onde vivem estas pessoas já que como mostram estudos anteriores (CUNHA et al., 2009; CUNHA; JAKOB, 2010), a localização na cidade ou região tem efeito sobre o acesso bens e serviços públicos, e as demais oportunidades oferecidas pelas grandes metrópoles a seus cidadãos e cidadãs.

Assim, considerar que mobilidade, segregação e vulnerabilidade possuem nexos claros implica em reconhecer que dificilmente será possível interferir em uma sem que se tenha presente as outras duas. Significa também mostrar que a dinâmica demográfica, embora não possa ser considerada como definidora ou determinante das situações da vulnerabilidade da população, certamente pode ser uma chave interessante a partir da qual seja possível

melhor conhecer as trajetórias e mecanismos que levam pessoas e famílias à pobreza.

Esse ensaio surge de uma longa e coletiva experiência de pesquisa que, embora tendo chegado ao seu final, definitivamente não que se esgotou, particularmente no que diz respeito às inquietações que suscitou e que não puderam ser adequadamente tratadas por falta de tempo ou por falta de informações adequadas. Muitas destas inquietações fazem parte deste ensaio que permite vislumbrar novos e complementares caminhos para melhor se compreender a dinâmica sociodemográfica e as consequências do crescimento e expansão metropolitanos sobre a vida das pessoas.

Referências

ARANHA, V. A migração na Metrópole Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1996.

AZEVEDO, S. J. S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas**: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. 219f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

_____. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. **Texto NEPO 35**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

BALÁN, J. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional, notas para discussão. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v. 1, 1980.

_____. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico - comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 5, 1973.

BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de Estudos e Pesquisas**, São Paulo, PRODEUR/USP, n. 2, 1979.

_____. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa- Ômega, 1982.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.93, 2011.

_____; JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.27, n.1, jan./jun.2010.

_____. (Org.). **Sumário de dados de Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, NEPO/UNICAMP, 2009. Disponível em: <www.nepo.unicamp.br/vunerabilidade>.

_____. Intra-metropolitan mobility, social networks, and vulnerability: a study of the metropolitan region of Campinas in São Paulo, Brazil. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE DA INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION (IUSSP), 26., 2009, Marrakech, Morocco. **Anais...** Liège: IUSSP, 2009.

_____ et al. Social segregation and academic achievement in state-run elementary schools in the municipality of Campinas, Brazil. **Geoforum**, Inglaterra, v.40, n.5, sep. 2009.

_____; BAENINGER, R. Las migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.82, 2007.

_____; Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, n. 22, p.381-439, jun. 2006.

_____ et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____; JIMENEZ, M.A. Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____; FONSECA, R. B. **Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais**. Campinas, NEPO/NICAMP, 2005.

_____. Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

_____. OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

_____. La movilidad intrarregional en el contexto de los cambios migratorios en Brasil en el período 1970-1991: el caso de la Región Metropolitana de São Paulo. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.70, 2000.

_____. JAKOB, A. A. E. Quem entra e quem sai na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 2000, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP/CEDEPLAR-UFMG, 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=458&nivel=3>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 283f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOTA, E. M. **Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FLORES, C. et al. **Residential segregation and risk of unemployment: labor trajectories of heads of households from social housing projects in Santiago-Chile**. Austin: Lila Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, 2008. (Trabalho Apresentado no Seminário - Urban Segregation en Labor in the Americas).

_____. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

GALSTER, G.; KILEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. **Housing Policy Debate**, US, v.6, n.1, 1995.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Edusp, São Paulo, SP, 1993.

JENKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN JR., L. E.; McGEARY, M. G. H. (Ed.). **Inner - city poverty in the United States**. Washington: National Academy Press, 1990.

KAZTMAN, R. **Territorio y empleo**: circuitos de realimentación de las desigualdades en Montevideo. Austin: Lilas Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, 2008. (Trabalho Apresentado no Seminário - Urban Segregation in Labor in the Americas).

_____. FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO), In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n.75, dec.2001.

_____ et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).

_____ (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: CEPAL/Oficina de Montevideo, 1999b.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.63, 2002.

_____. Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.2, abr./jun. 1991.

_____. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C. **Estruturação urbana e mobilidade espacial**: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro. 2000. 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. **Cadernos CEBRAP**, n.5, São Paulo, CEBRAP, 1973.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do Capitalismo**. Estudos Urbanos, Editora Hucitec, SP, 1996.

MARQUES, E. **Redes sociais e pobreza em São Paulo**. 2007. 176f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: _____; TORRES, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MASSEY, D. et al. **Return to aztlán**. Berkeley: University of California Press, 1987.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte:ABEP, 1994.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q. – Incorporação Imobiliária: características, dinâmica e Impasses. IN: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. **A Crise das Moradias na Grande Cidade**, RJ, UFRJ, 1996.

_____; LAGO, L. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1994.

RIGOTTI, J. I.; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte:ABEP, 1994.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ, J. Paradojas y contrapuntos de dinámica demográfica metropolitana: algunas respuestas basadas en la explotación intensiva de microdatos censales. In: De MATTOS, C.; HIDALGO, R. (eds.). **Santiago de Chile: movilidad espacial y reconfiguración metropolitana**. Santiago de Chile, Universidad Católica de Chile, 2007.

RODRIGUES, M. **Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAMPSON, R. J.; RAUDESNBUSH, S.; EARLS, F. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **The American Journal of Sociology**, 94, 1987.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Coleção Estudos Urbanos, n.5).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOBREIRA, D. P.; CUNHA, J. M. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007, Belém. **Anais...** Pará: ANPUR, 2007.

TORRES, H. G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n.47, jan./abr.2003.

TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; GOMES, S. Educação e segregação social: Explorando o efeito das relações de vizinhança. In E. Marques and H. Torres (eds.), **São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005.

_____; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.4, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

WILSON J. (1987). **The Truly Disadvantaged**. The University of Chicago Press, 1987.

